

ROTA ITALIANA: UMA PROPOSTA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL PARA CHAPECÓ – SC

Maria Salete Moratelli¹

Vera Lucia Fortes Zeni²

RESUMO

O turismo rural surgiu na região de Chapecó em um contexto de busca de aumento de renda e melhoria de vida para os agricultores, fazendo parte dos programas municipais de desenvolvimento local. Este estudo, intitulado: Do espaço urbano para o espaço rural: uma proposta de integração turística na rota italiana de Chapecó - SC tem como objetivo apresentar a importância do turismo rural como uma das atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural, baseando-se na experiência de implantação da Rota Italiana na cidade de Chapecó. A metodologia utilizada foi exploratória, descritiva e explicativa, utilizando-se do método indutivo para atingir o objetivo esperado. Para a coleta de dados, utilizou-se da entrevista às famílias da Rota Italiana. Os agricultores chapecoenses caracterizam o turismo rural a partir do próprio cotidiano, principalmente relacionado ao processo de trabalho com as atividades agropecuárias desenvolvidas no interior de cada propriedade rural. Também é percebido alguns aspectos relativos ao contato com o ambiente natural e ao lazer, alimentação e hospedagem, realizados especificamente em função da demanda dos visitantes. Destaca-se com significativa procura pelos visitantes, as experiências de produção agropecuária desenvolvidas pelas pequenas propriedades. Alguns turistas são agricultores à procura de novas alternativas de produção, e outros são oriundos do meio urbano esperando conhecer a origem dos alimentos consumidos na cidade. Nota-se que, além de saber que o turista almeja conhecer *in loco* a produção agropecuária, os agricultores sentem prazer em mostrar o fruto do seu trabalho. Mesmo que muitos turistas rurais não duvidem da seriedade dos agricultores, estes sutilmente fazem questão de mostrar que a produção realmente é orgânica, dada a dificuldade e empenho na conquista desse estado atual de produção.

Palavras – Chave: Turismo Rural. Desenvolvimento Sustentável. Rota Italiana.

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro enfrenta uma série de problemas que perduram e que se intensificam com o passar dos anos. Essas dificuldades são decorrentes das ações do passado e da falta de política adequada. Hoje é crescente a marginalização de pequenos produtores, tornando-se mais difícil o desafio de desenvolver o meio rural. Para fazê-lo, é fundamental a busca de alternativas e de uma política direcionada no sentido de recuperar o meio rural, de proporcionar melhores condições de vida a esta população. O agroturismo e o turismo rural se destacam como alternativas de geração de emprego e renda para o meio rural.

Silva; Grossi (1999) colocam que um dos maiores desafios da política rural no Brasil é garantir a esse enorme contingente de pequenos agricultores sua permanência no campo, evitando o êxodo rural. É necessário para isso oferecer-lhes emprego e nível de renda para assegurar-lhes a possibilidade de adequada qualidade de vida, com mais facilidade de acesso à

¹ Acadêmica do Curso de Turismo, Hotelaria e Eventos da Celer Faculdades.

² Mestre em Ciências Ambientais, Orientadora do estudo, professora da CELER Faculdades.

educação e à saúde.

Consideram os autores que, na atualidade, o mercado rural absorve crescentes atividades de diversas naturezas. Atividades não agrícolas como: o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e outras formas de lazer que no meio rural, possibilitam ótimas alternativas de renda e de emprego para as famílias dos pequenos produtores.

Em alguns municípios, o agroturismo e o turismo rural representou um impulso para o desenvolvimento da economia local, como no município de Chapecó, estado de Santa Catarina. Localizada no oeste do estado de Santa Catarina, Chapecó encontrava-se estagnado, tendo sua economia baseada na agroindústria e na agropecuária. A partir de 1997, iniciou-se um projeto de incentivo e fomento à atividade turística, com importante participação de famílias rurais, revitalizando a economia municipal.

O agroturismo e a atividade turística no meio rural vem sendo bastante estudada, não apenas como alternativa econômica para propriedades rurais, mas também como geradora de empregos e dinamizadora de economias locais, representando nas propriedades envolvidas não somente um complemento de renda, mas em muitos casos tornando-se a atividade principal e onde os membros da família disponibilizam a maior parte de seu tempo de trabalho.

O presente artigo tem por finalidade expor a importância do turismo rural como uma das atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural, baseando-se na experiência de implantação da Rota Italiana na cidade de Chapecó. Desta forma, apresenta-se inicialmente a diferenciação entre os termos turismo rural e agroturismo, que apesar de ser usado por muitos como sinônimos, os mesmos tem significados diferentes.

Buscou-se contextualizar o agroturismo, proposta de análise deste estudo, tendo em vista que as ações de viabilização do agroturismo no Brasil, em Santa Catarina e em Chapecó é recente. Foi dado destaque principal para o agroturismo de Chapecó, apresentando as principais iniciativas da Prefeitura Municipal nas rotas de agroturismo, e os efeitos do agroturismo na propriedade rural.

2 TURISMO RURAL: CONTEXTO HISTÓRICO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

No Brasil, as discussões em torno de termos como agricultor em tempo parcial, atividades não-agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fontes de renda diversificadas e pluriatividade, iniciam-se no início do século XX.

Ao estudar a história do Brasil, constata-se que o desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu através de ciclos, ou seja, primeiro produtos de exportação que garantiram divisas para a nação e, depois da independência, para o financiamento do Estado brasileiro. O primeiro grande ciclo foi o do açúcar, passando pela mineração e chegando ao ciclo do café, não esquecendo também da pecuária, borracha e outros relevantes para o desenvolvimento da economia brasileira.

Durante a expansão cafeeira as ações governamentais foram direcionadas especificamente para este setor, e não poderia ser diferente, devido à importância do café na economia brasileira, como coloca Silva (1988, p. 252): “[...] a economia brasileira era o café; e todas as políticas do Estado brasileiro giravam em torno da política de valorização do café: compra de excedentes, financiamentos externos, impostos sobre exportação, etc”.

De acordo com Furstenau (1987), a partir da crise de 1929, houve grande queda na receita das exportações e, conseqüentemente, queda da capacidade de importar, fazendo com

que o governo adotasse medidas com vistas a defender o mercado interno, o que favoreceu a industrialização. O período seguinte à crise, que se estendeu até a década de 60, é conhecido como industrialização substitutiva de importações e divide-se em duas fases: uma de 30 até o final dos anos 40, chamada transição para uma economia urbana e industrial, e outra a partir de meados da década de 50, com aceleração do desenvolvimento industrial e uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial.

De acordo com Silva (1988), a década de 70 foi marcada pela abundância de crédito subsidiado. Isso ocorreu devido à necessidade de um mecanismo que financiasse, com taxas subsidiadas e prazos relativamente longos, uma modernização quase que compulsória da base técnica da agropecuária brasileira. A política de crédito rural subsidiado permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora.

Neste período, a produção de alimentos como feijão, mandioca, batata e arroz sofreu desgaste em relação aos enormes progressos da produção de soja, trigo e laranja, estes produtos de exportação.

Os recursos do crédito rural foram discriminadamente distribuídos beneficiando médios e grandes produtores. O descaso com a produção doméstica fez com que significativo número de pequenos produtores abandonasse o campo em direção às cidades em busca de novas alternativas de emprego e renda. Esse modelo de desenvolvimento da agropecuária brasileira, altamente excludente e que privilegiou a agricultura patronal, fez com que ocorresse uma grande exclusão de pequenos produtores.

Como a agropecuária não possibilitava uma renda que permitisse a reprodução social dos agricultores, estes tinham duas alternativas, ou migravam para os centros urbanos, ou complementavam a renda fora da propriedade. A busca de uma remuneração complementar fez com que surgisse e crescesse no meio rural as atividades não agrícolas.

Silva; Grossi (1999) afirmam que o grande êxodo rural fez com que ocorresse uma intensa urbanização da população brasileira nas últimas décadas. Com isso, a demanda por alimentos aumentou significativamente, mas além de alimentos esta população passa a demandar lazer, moradia e preservação do meio ambiente. Com o aumento das demandas, abrem-se novas perspectivas de trabalho no meio rural com vistas a supri-las. As atividades de prestação de serviços são as atividades não agrícolas que mais se sobressaem no meio rural.

Segundo Schneider (1999), a tendência é que aumente cada vez mais o número de propriedades rurais com algum membro da família empregado em atividade não tipicamente agrícola ou dedicando uma parte do tempo a atividades não agrícolas, como o turismo, o artesanato, a prestação de serviços. A maioria das atividades agrícolas, principalmente as de cultivo extensivo, são sazonais, o que permite que membros das famílias fiquem liberados integralmente ou parcialmente para exercer atividades fora da propriedade.

Para uma gama crescente de pessoas residentes no meio rural, a agropecuária vem se tornando uma atividade de tempo parcial. Concomitante, vêm aumentando as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, que buscam uma forma de aumentar os baixos rendimentos obtidos, e complementar o tempo disponível de trabalho que não é ocupado na agropecuária.

Mas, somente na década de 90 é que a temática despertou o interesse em alguns pesquisadores, entre os quais Schneider (1994 e 1999), Silva (1995 e 1998) e Kageyama (1998).

No Brasil, a implantação de projetos de turismo rural, de acordo com Kageyama (1998), foi entre as décadas de 1970 e início dos anos 80, que longos debates foram realizados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, foi estabelecido que a unidade de análise relevante é a família e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, contraditoriamente, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

O turismo rural teve início no Brasil, em Lages-SC, por iniciativa da Prefeitura Municipal. De acordo com Zimmermann (1996), havia a necessidade de modificar o contexto econômico que o município de Lages vivenciava no momento. Uma das alternativas de ampliar a potencialidade do município identificada foi o turismo rural, tendo em vista o município possuir uma posição geográfica privilegiada, com expressivo fluxo rodoviário. Em 1984, foi criada a Comissão Municipal de Turismo, formada por segmentos representativos da comunidade com objetivo de aproveitar o potencial existente para alavancar a economia do município. Após dez anos de implantação da primeira propriedade de turismo rural na cidade de Lages, nos dias atuais a cidade é chamada de “Capital Nacional do Turismo Rural”.

No estado de Santa Catarina, foi criada a ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), inicialmente como associação representativa dos empreendedores do turismo de Lages-SC, hoje atuando em âmbito nacional.

Outras iniciativas na época aconteceram também em outros espaços brasileiros, como é o caso do estado do Rio Grande do Sul. O estado do Rio Grande do Sul prima pela preservação de suas tradições culturais, adotou uma política de desenvolvimento e fomento do Turismo Rural, que vem apoiando a atividade, criando rotas rurais com o objetivo de reunir propriedades e municípios próximos pela valorização do produto local ou de uma característica marcante e apoiando o surgimento das “fazendas-pousadas”, na região pecuarista da Campanha Gaúcha.

No estado do Paraná, estado de grande beleza, o turismo rural encontra-se em plena fase de valorização e reconhecimento da realidade e cultura rural, apresenta programas como a Rota dos Tropeiros que leva o turista a reconhecer o caminho e as experiências vividas anteriormente por aqueles que foram os desbravadores regionais.

O turismo rural é uma atividade complementar ao dia-a-dia do trabalhador rural, em que integra seus hábitos, costumes, cultura e modo de vida com o homem urbano, revelando-se assim, não somente como uma nova fonte de renda e novas oportunidades de emprego ao homem do campo, mas também, contribui para o desenvolvimento econômico e social do espaço rural, promove a educação ambiental, a valorização e o resgate das culturas locais.

De acordo com o Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina, realizado pelo Instituto Cepa em 2002, dos 1174 empreendimentos de turismo cadastrados no espaço rural, 551 empreendimentos cadastrados são de agroturismo no estado. A atividade de turismo rural foi caracterizada pelo Levantamento a partir das singularidades a seguir: o agricultor deve desenvolver atividades agropecuárias e residir na propriedade; a mão-de-obra familiar deve representar, no mínimo, 50% da mão-de-obra total, no período de maior movimento; a renda agropecuária deve ser, no mínimo, 20% da renda total. (TORESAN; MATTEI; GUZZATTI, 2002)

Os estabelecimentos de turismo rural em Santa Catarina encontram-se situados geograficamente de acordo com a distribuição dos agricultores familiares pelo Estado, de maneira que 28% se encontram no Sul, 27% no Oeste, 25% no Vale do Itajaí, 9% no Norte Catarinense, 6% na região Serrana e 5% na região da Grande Florianópolis. (TORESAN; MATTEI; GUZZATTI, 2002)

Aproveitando as potencialidades que o meio rural catarinense oferece, as redes, em graus diferentes de desenvolvimento, estão trabalhando no desenvolvimento de uma nova mentalidade do empreendedorismo rural que prepara o agricultor familiar para ser um prestador de serviços turísticos no espaço rural, associando modo de vida das famílias às riquezas e tradições gastronômicas e à conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região.

Além de se constituir num importante instrumento para estimular a produção e o desenvolvimento local, esta estratégia tem se revelado também bastante promissora na redução do êxodo rural, pela criação de novas oportunidades de trabalho e renda no campo,

com reflexos positivos na economia local.

As atividades de maior destaque entre os estabelecimentos são as de pesque-pague, venda de produtos coloniais, turismo de conhecimento, camping, serviços de alimentação e hospedagem e lazer geral.

A venda de produtos processados nas propriedades rurais apresenta maiores expectativas para o futuro, devido a grande dimensão que os produtos coloniais vem adquirindo tanto em âmbito estadual quanto em âmbito nacional. O público visitante é representado, em maior proporção, por pessoas do próprio local ou da própria região ligada às atividades de pesque-pague e venda de produtos. As atividades que mais atraem os visitantes distantes são as de hospedagem e turismo de conhecimento, sendo que a maior frequência de turistas dá-se aos finais de semana e feriados.

Grande parte das atividades de turismo rural teve seu início em 1997 e encontram-se no período inicial de implantação, sendo fornecidos aproximadamente três serviços por unidade. Quanto à renda total, o agroturismo apresenta uma baixa participação, com no máximo de 20% da renda gerada na propriedade do agricultor familiar. A maior parte da mão-de-obra utilizada na atividade do turismo rural é de membros da família, e a parte contratada geralmente envolve vizinhos e parentes.

A tendência atual para o turismo rural em Santa Catarina, é de melhoria com o passar dos anos, pois esta atividade vem crescendo vertiginosamente nos espaços rurais catarinenses.

Os agricultores chapecoenses caracterizam o agroturismo a partir do próprio cotidiano, principalmente relacionado ao processo de trabalho com as atividades agropecuárias desenvolvidas no interior de cada propriedade rural. Também é percebido alguns aspectos relativos ao contato com o ambiente natural e ao lazer, à alimentação e à hospedagem, realizados especificamente em função da demanda dos visitantes.

O incentivo para o agroturismo na cidade de Chapecó, conta com o incentivo da Prefeitura Municipal, com a implantação em 1997, através do Programa Municipal de Agroturismo, em favorecimento da agricultura familiar, surgindo neste momento as rotas de agroturismo.

De acordo com Uczai; Signori, Bosenbecker (2004), Chapecó destaca-se com significante procura pelos visitantes, as experiências de produção agropecuária orgânica desenvolvida pelas pequenas propriedades. Alguns turistas são agricultores à procura de novas alternativas de produção, e outros são oriundos do meio urbano esperando conhecer a origem dos alimentos consumidos na cidade.

Nota-se que, além de saber que o turista almeja conhecer *in loco* a produção agropecuária orgânica, os agricultores sentem prazer em mostrar o fruto do seu trabalho. Mesmo que muitos turistas não duvidem da seriedade dos agricultores, estes sutilmente fazem questão de mostrar que a produção realmente é orgânica, dada a dificuldade e empenho na conquista desse estado atual de produção. Além da vontade de conhecer o cotidiano dos agricultores e as experiências de cultivo orgânico de alimentos, muitos visitantes buscam também o sossego e as belezas naturais da região. (UCZAI; SIGNORI; BOSEMBECKER, 2004)

De acordo com dados coletados na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Chapecó, o perfil dos turistas do agroturismo é segmentado: em geral são pessoas que não procuram luxo e têm como interesse principal conhecer o modo de vida, trabalho e cultura da população receptora. O agroturismo, em Chapecó, evidencia a participação direta dos turistas no cotidiano da vida dos núcleos familiares receptivos. A intenção dos gestores e participantes do projeto de agroturismo é de que a realidade cotidiana dos núcleos receptivos não se modifique em função do anseio dos visitantes.

As experiências dos proprietários rurais demonstram um diferencial significativo em relação a outras localidades receptoras onde o atrativo é planejado, construído e organizado a

partir da demanda.

Percebe-se que as atividades de agroturismo desenvolvidas nesse contexto aliam atividades educativas relacionadas à produção agropecuária orgânica e conservação ambiental com lazer, alimentação e hospedagem, presentes em qualquer tipologia de turismo tradicional.

Assim, o agroturismo é essencial às atividades agropecuárias orgânicas desenvolvidas no cotidiano das propriedades rurais, à cultura daquelas famílias e ao ambiente natural de exuberante beleza presente em cada propriedade rural.

Outro aspecto constatado na pesquisa de campo é que o agroturismo também tem o papel de atender às necessidades de comercialização da produção, na própria localidade. Se, por exemplo, uma família passar o final de semana fazendo agroturismo na região e, antes de retornar, adquirir insumos alimentícios para sua demanda semanal, diretamente dos agricultores orgânicos, esse processo, no mínimo, poderá trazer as seguintes vantagens para os turistas: a recuperação de boa parte das despesas da viagem em virtude da diferença de preço, em comparação aos supermercados da cidade de origem; e o próprio consumo *in loco* de produtos orgânicos, frescos e de qualidade. Isso, para os agricultores locais, além de outros fatores, representa mais uma oportunidade de comercialização da sua produção. (UCZAI; SIGNORI; BOSEMBECKER, 2004)

O agroturismo chapecoense considera as seguintes possibilidades atrativas: conhecer a produção agropecuária de natureza orgânica; conhecer o processo de construção e gestão dos projetos de agroturismo e agricultura orgânica; vivenciar os costumes e a cultura local, de origem, predominantemente, italiana e alemã; participar ativamente das atividades produtivas no cotidiano das propriedades rurais; comprar produtos frescos, de origem orgânica, com baixo custo, diretamente dos agricultores; apreciar alimentação farta e típica da região; ter hospedagem sem luxo, mas limpa e carinhosamente preparada pelas mulheres agricultoras; contemplar as paisagens da região; desenvolver atividades lúdicas e recreativas em ambientes naturais. Entre os principais atrativos destaca-se a culinária típica da região, predominantemente de origem italiana. (UCZAI; SIGNORI; BOSEMBECKER, 2004)

2.1 Turismo rural e sustentabilidade

Sustentabilidade é a habilidade de ser sustentável. A sustentabilidade de um sistema que consiste na sua habilidade em manter o seu estado saudável, necessário para a sobrevivência do sistema com alto nível de qualidade (KO, 2005).

“A sustentabilidade não implica, sob qualquer circunstância, sustentar o *status quo* ou a ordem das coisas existentes”. (MOLINA, 2001, p. 182) Reconhece a necessidade de mudança como força para manter a viabilidade tanto dos processos ecológicos como dos sociais e culturais.

A simples existência da palavra sustentabilidade já permite agregar múltiplos significados, tais como: redistribuição de rendimentos; equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição de poder. (McCOOL *et al.*, 2001)

De acordo com Hanai (2006), os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que devem estar inseridos nos contextos e planos de desenvolvimento, inclusive do turismo. As aspirações de sustentabilidade na atividade turística conduzem a uma nova forma de pensar a abordagem do fenômeno complexo do turismo, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua performance.

O turismo rural e o agroturismo estão reconhecendo os desafios das questões ambientais atuais e almejam também ações de desenvolvimento na busca do equilíbrio social,

econômico e das atividades humanas com o meio natural.

Segundo Pires (1998), as abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos sócio-econômico e ambiental, sob a averiguação da sustentabilidade, vem proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito do mérito, bem como os rumos que se apresentam para essa atividade.

A discussão da sustentabilidade se consolida como um tema central da atualidade, nas discussões do fenômeno turístico. O turismo passa gradualmente a incorporar visão de planejamento e aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais, um mecanismo para inclusão e transformação social, implicando-se em ampla reflexão ética (IRVING *et al.*, 2005).

De acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável exige incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação.

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 24) como aquele que “[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

O turismo sustentável deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais são mantidos através do tempo. (GLOBE’90, 1990 apud IRVING *et al.*, 2005)

Irving *et al.* (2005) atentam que promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos advindos das atividades turísticas. Mais do que isso, o turismo na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos ambientais, e promover a responsabilidade social e cultural, que devem ser interpretados como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. “Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizar e promover os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar”. (IRVING *et al.*, 2005, p. 3)

A UNEP/WTO (2005) recomenda para o planejamento em turismo sustentável:

a) Otimização do uso dos recursos ambientais, que constituem o elemento-chave para o desenvolvimento turístico, com a manutenção dos processos ecológicos e apoio à conservação dos recursos renováveis e da biodiversidade;

b) Respeito à autenticidade sócio-cultural das comunidades dos destinos, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão inter-cultural e tolerância;

c) Garantia de operações econômicas viáveis, de longo prazo, com a geração de benefícios socioeconômicos para todos os atores envolvidos, incluindo emprego estável e oportunidades de ganhos e serviços sociais às comunidades de destino, de maneira a contribuir para alívio à pobreza.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através do método dedutivo, de forma a atingir o seu objetivo de apresentar a importância do turismo rural como uma das atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural, baseando-se na experiência de implantação da Rota Italiana na cidade de Chapecó.

A caracterização do estudo teve a função de demonstrar a forma de como se elaborou o estudo, sendo que se classificam em três grupos: a pesquisa exploratória, onde através deste será avaliado as diversas circunstâncias que abrangem a área de trabalho; a pesquisa descritiva, pois irá descrever-se o as diversas hipóteses que visam auxiliar a divulgação da Rota Italiana no município de Chapecó; e, a pesquisa explicativa, que chega a explicar as necessidades atuais da Rota Italiana, de forma a contribuir para o sucesso do turismo rural no município de Chapecó.

A coleta dos dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica, com estudos em livros, revistas e artigos eletrônicos, com objetivo de buscar todo e qualquer assunto relacionado sobre o tema abordado, o turismo rural.

Utilizou-se também a pesquisa de campo, que forneceu dados relevantes para a construção do referencial deste estudo, que é a Rota Italiana de Chapecó.

Para a coleta dos dados foi utilizado a entrevista, que envolveu a coleta de dados *in loco*, para a elaboração de um referencial a respeito da Rota Italiana de Chapecó.

Na coleta de dados utilizou-se da observação e da entrevista realizada nos espaços de turismo rurais, com a intenção de conhecer e divulgar estes espaços diante da produção deste estudo.

A análise desses resultados encontra-se no item 5, com a descrição dos espaços observados.

4 A CIDADE DE CHAPECÓ: o ambiente de estudo

No Oeste do Estado de Santa Catarina localiza-se o município de Chapecó, que foi criado em vinte e cinco de agosto de 1917. A colonização iniciou com os tropeiros que utilizavam a região como trajetos para o transporte do gado. O processo de imigração de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, começou com a chegada das companhias colonizadoras. A principal atividade econômica na época era do extrativismo da madeira.

Chapecó ficou conhecida internacionalmente por concentrar o maior parque agroindustrial latino americano. Exerce a função de Capital do Oeste Catarinense, é pólo de uma região com mais de duzentos municípios e com mais de um milhão de habitantes, onde se encontram as sedes das principais empresas processadoras e exportadoras de suínos, aves e derivados do Brasil.

Inicialmente o município apresentava aproximadamente 14.000 km², mas hoje, de acordo com o Decreto nº 12.696, de 7 de abril de 2004, da Prefeitura Municipal de Chapecó, em função de desmembramentos de pequenas cidades, apresenta uma região de 625,40 km². Deste total, 113,24 km² representa sua sede urbana e 512,36 km² a zona rural.

Em seu subsolo encontra-se o Aquífero Guarani, sendo considerada a maior reserva de água doce subterrânea do mundo, abrangendo quatro países. A precipitação anual média aproxima-se dos dois mil milímetros, sendo as chuvas bem distribuídas durante o ano, com a média mínima no mês de março de 116,8 milímetros.

A cidade de Chapecó conta hoje, com aproximadamente 180 mil habitantes, distribuídos em 7,3 % na área rural e 92,7 % na área urbana que se encontra subdividida em trinta bairros. Dispõe de inúmeros atrativos turísticos, tendo conquistado a posição de pólo turístico de uma região que compreende o Oeste Catarinense, Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná.

Chapecó tem como característica principal o turismo de eventos (cerca de 60 eventos por ano) e negócios, que atrai visitantes com a realização de eventos setoriais ou multissetoriais, de âmbito nacional e internacional.

5 A ROTA ITALIANA: espaços rurais fundamentais para o turismo rural

Fazem parte da Rota Italiana, 780 famílias distribuídas em quatro comunidades, onde muitas famílias sobrevivem somente do agroturismo e do turismo rural.

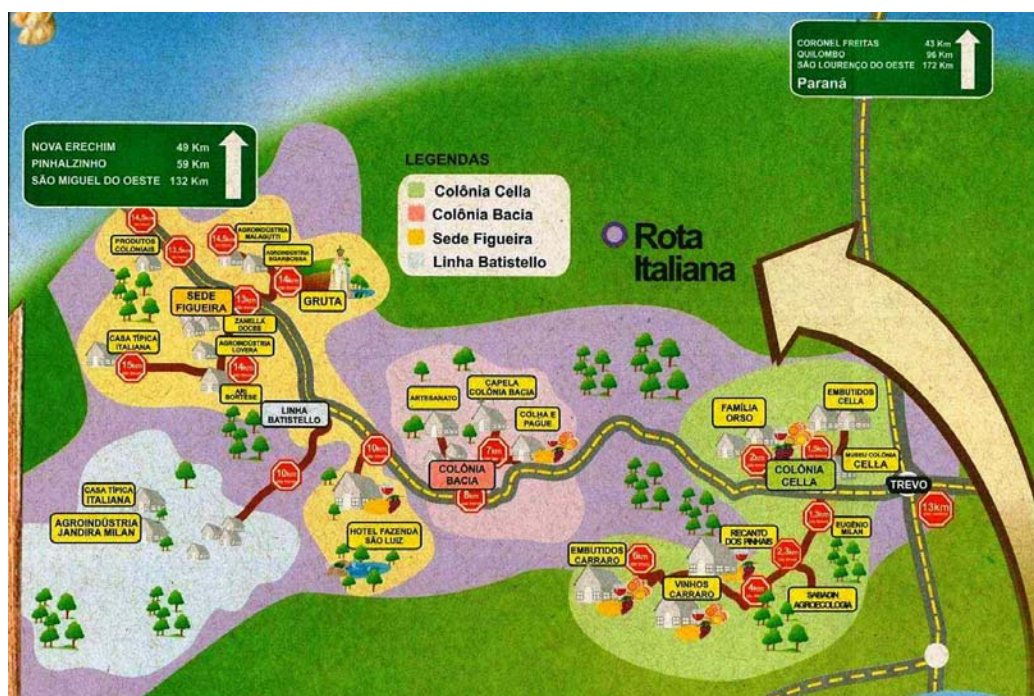


Figura 1: Rota Italiana

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2008.

Fazem parte da Rota Italiana quatro localidades: Colônia Cella, Colônia Bacía, Sede Figueira e Linha Batistello, que oferecem atrativos naturais e culturais. A rota italiana se caracteriza por ambientes de:

- **Turismo Religioso:** Gruta de Sede Figueira, formada por uma caverna, possivelmente habitada por povos primitivos, onde foi construído o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes. Em dezembro é realizada a “Romaria com Procissão Luminosa”, Capela São Carlos, formada por uma capela franciscana típica, a exemplo de outras 16 construídas na década de 50.

- **Turismo Cultural:** Museu da Cultura Italiana, localizado na Colônia Cella, guarda utensílios utilizados pelos italianos no início da colonização da região, em 1923. Capela São Carlos, construída na década de 50, com estrutura arquitetônica típica franciscana, local de religiosidade e que mantém sua construção em bom estado de conservação.

- **Colha e Pague em Colônia Bacía**, que representa um sistema de coleta de frutas

da época.

- **Área de Agroturismo:** Hotel Fazenda São Luiz, que é uma casa típica com restaurante, com chalés para pouso e passeios à cavalo, Família Zanela, Família Ari Bortese,
- **Área de Educação Ambiental:** Recanto dos Pinhais, um sítio com trilha em meio aos pinhais centenários, com camping, pousada, piscina e comidas típicas.
- **Agroindústrias:** Malagutti, Produtos Coloniais, comercialização, Sgarbossa, Lovera, Jandira Milan, com venda de produtos coloniais: vinho, produtos agroecológicos, queijo, embutidos e panificados.
- **Gastronomia:** Casa Típica Italiana de Sede Figueira e casa Típica Italiana de Linha Batistello.
- **Artesanato de Colônia Bacia.**

5.1 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS DA ROTA ITALIANA

5.1.1 COLÔNIA CELLA: MUSEU DA CULTURA ITALIANA

O Museu da Cultura Italiana teve a sua fundação a partir da iniciativa da comunidade local de origem italiana.

Entre os anos de 2001 a 2004, movidos pelo sentimento de resgatar a memória da comunidade, começaram a juntar peças usadas pelos seus antepassados. Cada família contribuía com o que tinha para criar o Museu da Cultura Italiana, com apoio da Prefeitura municipal de Chapecó, através da Secretaria Municipal da Agricultura.

O Museu da Cultura Italiana foi inaugurado no dia 27 de julho do ano de 2002, sendo que o início, por intermédio de um intercâmbio com outras cidades, era mais visitado. Atualmente recebe aproximadamente mil pessoas por ano.

5.1.2 COLÔNIA CELLA: FAMÍLIA CARRARO

A propriedade rural é da família a 52 anos. A propriedade rural tem 36 hectares, e há 60 anos, Sr. Carraro cuida dos seus parreirais, o que afirma gostar muito, e não ficar um dia sem dar uma passadinha pelos parreirais, que segundo ele, parece que alguém o chama para ir até lá. Cultiva uva das espécies: Isabel, Niágara, Bordo e está iniciando o plantio da uva Dedo de Dama. Na época da colheita, o proprietário tem uma equipe completa para ajudar, mas para fazer o vinho, somente a família que ajuda. A fabricação do vinho é artesanal e não possui registro nos órgãos competentes, mas quem prova afirma que é de boa qualidade. A venda do vinho acontece na própria propriedade e também atende pedidos entregando à domicílio. Quase todos os dias recebem pessoas para comprar o vinho, chegando a vender de 7 a 8 mil litros de vinho por ano. Além do cultivo de uvas, há a criação de animais como: cabritos, ovelhas, gado leiteiro e suínos. Cultivo de árvores frutíferas onde funciona o sistema colha e pague, ou seja, os visitantes colhem as frutas e pagam pela colheita. A Rota Italiana ajudou muito a família, pois as pessoas chegam na propriedade e aproveitam comprar produtos *in natura*. Segundo o casal, é muito gratificante ver a alegria das pessoas, sejam adultos ou crianças, ao colher e comer uvas debaixo dos parreirais. O casal está muito satisfeito com a vida que leva e se realiza profissionalmente ao receber os turistas rurais.

5.1.3 HOTEL FAZENDA SÃO LUIZ

O Hotel Fazenda São Luiz tem como proprietários o Sr. Bruno e a Sra. Elidia Giuriatti, onde o Sr. Bruno nasceu na propriedade em 1950. Quando a família Giuriatti veio do Rio Grande do Sul, tiveram que desmatar o local, com a ajuda dos vizinhos, de forma manual, pois não existiam máquinas para fazer o trabalho. A propriedade tem 136 hectares, e é dividida em lavoura, pastagem e mata virgem. Com a intenção de preservar a propriedade, em 1998, o casal aproveitou a casa que era dos pais do Sr. Bruno e a transformaram num Hotel Fazenda. O Hotel dispõe de oito quartos para locação além de dois chalés. No clima do campo, os turistas que chegam no Hotel Fazenda, normalmente famílias, lembram a comida que as mães e avós faziam, recordam da infância, que é muito diferente daquela que seus filhos tem hoje. A alimentação oferecida é típica italiana, com café colonial feito com produtos colhidos na própria propriedade rural, bolachas caseiras, pães, queijo. Segundo a Sra. Elidia, as dificuldades encontradas é de encontrar mão-de-obra suficiente para atender a demanda. Segundo ela, não consegue vender o que produz porque falta para o atendimento do Hotel. Somente vende por encomenda.

Recebem em média 60 pessoas por mês que vem das mais diversas regiões. Para atender a clientela, a propriedade rural emprega pessoas diaristas nos momentos de atendimento. Para o final do ano já estão recebendo telefonemas para reservas, pois já conhecem as ceias de natal e final de ano oferecidas pela propriedade. Segundo o casal, o tempo chuvoso atrapalha a visitação, pois os atrativos são ao ar livre: cavalgadas, pesca e trilha ecológica.

Com a instalação da Rota Italiana, a vida do casal Giuriatti mudou muito, e para melhor, pois gostam de receber turistas na sua propriedade e atender da melhor maneira possível.

5.1.4 RECANTO DOS PINHAIS

A propriedade rural denominada Recanto dos Pinhais, tem como proprietários a família Onghero, desde 1937, possuindo uma área de 24 hectares, e sobrevivem da agricultura familiar, onde cultivam milho, trigo e soja, e do turismo. Este espaço rural foi o primeiro do município a receber os incentivos do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, para incentivo do turismo no espaço rural. Para aproveitar o potencial da propriedade, a família resolveu abrir para a visitação pública e lazer, de suas árvores centenárias e várias nascentes de água, onde inclusive uma nascente de água encontra-se dentro da cantina da casa, onde foi restaurada no porão da casa, de forma a preservar a cultura e as tradições dos seus antepassados italianos, servindo como incentivo ao turista preservar raízes culturais. São servidas comidas típicas italianas e decorada com os utensílios usados antigamente pela família. Este Recanto tem cinco lagos, onde as pessoas ficam alimentando os peixes e se divertindo. Foram construídas três piscinas com água disponível na própria fazenda para atender os turistas rurais, além de campos de futebol, área de camping e parque infantil.

No quiosqui, tem uma visão linda para o lago e para a exuberante mata verde. Para este verão, a novidade criada no Recanto dos Pinhais é a tirolesa, que possibilita ao turista atravessar todo o lago.

Em parceria com a Universidade Regional está sendo implantado o projeto “Diversão e Conhecimento”, de cunho social e ambiental onde as crianças de escolas e afins aprendem a

teoria/ vivenciam a prática. No inverno, os turistas procuram mais a pousada para saborear as delícias gastronômicas oferecidas. Na temporada de verão, o local é visitado por aproximadamente 10.000 turistas, a procura é pelo camping, piscina, trilhas ecológicas e demais atrativos. Para atender a demanda na alta temporada e nos períodos que tem eventos na cidade de Chapecó, os proprietários contratam pessoas diaristas para ajudar no atendimento, o que incentiva a renda da comunidade local.

5.1.5 FAMÍLIA MALAGUTTI

A Família Malagutti possui esta propriedade rural desde 1948, e todos os residentes nasceram na propriedade, que possuía inicialmente o plantio de milho, feijão, fumo, criação de suínos e gado leiteiro. O sustento da Família Malagutti nos dias atuais deriva da produção de doces e frutas, o plantio de batata crem (tubérculo nativo) que é vendida *in natura* ou em conserva, e o laticínio, onde é produzido queijo prato, queijo colonial, queijo mussarela, queijo provolone, ricota, nata e manteiga. Além da venda dos produtos para os turistas o restante da produção é comercializada nas feiras municipais e os mercados de toda região. Os turistas rurais, vindos em excursões do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e da região oeste de Santa Catarina, vão comprar na propriedade e se deparam com uma natureza perfeita e muito bem cuidada.

A Família Malagutti faz parte da Rota Italiana desde o início de sua implantação e acredita que é um processo de longo prazo para ter retorno e funcionar como deveria. Mas, estão satisfeitos e almejam melhoras nos espaços da propriedade para melhor atender os turista e vender seus produtos.

5.1.6 SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

A gruta, onde hoje fica o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes foi encontrada por caçadores das famílias locais, e por iniciativa do Padre Ivo Oro, juntamente com a comunidade local, houve a compra do terreno, para a realização das romarias abertas ao público em geral. As práticas religiosas têm acompanhado os homens em diferentes tempos históricos como acontece no Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, também chamada de Gruta de Sede Figueira, erguido no ano de 1968. Muitas pessoas, homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, representantes da igreja católica ou não, fiéis, romeiros e peregrinos são freqüentadores da Gruta de Sede Figueira. Para a sociedade local, a vela, sob orientação da religião católica, simboliza a luz, a salvação, a chegada ao bem, e desta forma é realizada a Procissão das Luzes, na sexta-feira à noite, antes da Romaria até o Santuário, esta é vista como uma expressão de fé e busca da espiritualidade de fiéis de toda a região.

O simbolismo criado em torno de Nossa Senhora de Lourdes vem explicar todo o envolvimento de homens e mulheres na disseminação da fé, dos sonhos, para todos os que participam. Segundo a versão da Igreja Católica, a história de Nossa Senhora de Lourdes é associada a purificação através da água. Nossa Senhora de Lourdes apareceu à Bernardete, em Lourdes, na França, por 18 vezes, entre 11 de fevereiro e 16 de julho de 1858, sendo comemorado o seu dia em 11 de fevereiro, dia em que apareceu pela primeira vez.

A imagem de Nossa Senhora de Lourdes foi escolhida para ser colocada nessa gruta, onde possuía água, pois ela apareceu em Lourdes, na França também em um lugar como esse, com grutas e bastante água. Assim, no dia 11 de fevereiro de 1956, o Irmão Marista Alberto Michelin, trouxe água de Lourdes, onde ela apareceu. O povo participou na colocação

daquela água “santa”, junto com a água deste local. Neste Santuário ainda existe a Trilha dos Mistérios do Rosário, com quinze esculturas de arenito, confeccionada por artista da região.

5.1.7 CAPELA SÃO MARCOS – COLÔNIA BACIA

A comunidade de Colônia Bacia foi colonizada a partir de 1947 por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, vindos do estado do Rio Grande do Sul e praticantes do catolicismo. Por sugestão do então Frei Liberato, passou a chamar-se Colônia Bacia, devido ao seu relevo. Construiu-se uma capela com estilo franciscano edificada em madeira e telhas de zinco, a partir do incentivo do frei João Vianey Erdrich.

Na década de 1950 foram construídas outras 16 capelas com o mesmo modelo arquitetônico na região. No ano de 2000 a Igreja foi recuperada, como forma de manter e valorizar a história e a cultura.

Pela pesquisa constatou-se que o turismo rural no município de Chapecó-SC, ainda precisa de algumas ações para melhor aproveitamento do seu potencial, tais como: a) ampliar o incentivo público para a consolidação da Rota Italiana; b) existem algumas famílias que precisam ser motivadas e incentivadas a participar da Rota Italiana, pois a sua propriedade rural tem potencialidade para atender a demanda; c) aproveitamento dos vários eventos realizados no município de Chapecó para viabilizar momentos de divulgação e possibilitar a visita da Rota Italiana pelos visitantes, principalmente vindos de outros lugares do país e/ou internacionais; d) valorizar o espaço rural como espaço de geração de emprego e renda para os agricultores rurais.

Constatou-se a necessidade de projeto de educação voltada para a sustentabilidade do turismo rural e a preservação da natureza, apesar de modo tímido, algumas concepções já existirem em determinados locais visitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, com a realização deste estudo, constatou-se que as famílias de agricultores rurais visitadas estão felizes com os benefícios que o turismo rural lhes trouxe, principalmente no que se refere ao aumento da renda familiar a partir da venda dos produtos produzidos pelos mesmos e da hospedagem, que possibilitou a preservação de suas raízes italianas na sua forma de ser, nas suas comidas típicas, a salvaguarda dos ambientes rurais através da educação ambiental.

A pesquisa confirmou que o turismo rural se apresenta atualmente como um condutor entre espaço urbano e o espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FÜRSTENAU, V. **A política de crédito rural na economia brasileira após 1960**. Porto Alegre: Ensaio, FEE, 1987.

HANAI, F. Y. **Análise do processo de inserção do turismo sustentável em espaços naturais e rurais: o caso da região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu**.

2006. 191f. Exame de Qualificação (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, SP, 2006.

IRVING, M.A. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 18, dez. 2005.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 36, v.2, pp.555-566, Poços de Caldas, 1998.

KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, n. 26, p. 431-445, 2005.

McCOOL, S.F.; MOISEY, R.N.; NICKERSON, N.P. What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, vol. 40, nov. 2001.

MOLINA E., S. **Turismo e ecologia**. (trad. Josely Vianna Baptista). Bauru: EDUSC, 2001. 220 p. (Coleção Turis).

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, Torres. **Chapecó vista por um forasteiro**. 6. ed. Chapecó: Edição do Autor, 2004.

PIRES, P.S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Campinas, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed.: Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

_____. A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In.: **XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais ... SOBER**, 1988.

SILVA, J. G. da; GROSSI, M. E. D. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

TOREZAN, Luis; MATTEI, Lauro; GUZZATTI, Thaíse C. **Estudos do potencial de agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

UCZAI, Pedro F.; SIGNORI, Andréia; BOSENBECKER, Luciane (orgs.) **Chapecó: uma cidade transformada**. Chapecó: Mércur, 2004.

UNEP/WTO – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/ WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. Paris, France: United Nations Publications, 2005.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.